BANCO A. J. RENNER S.A.

CNPJ Nº 92.874.270/0001-40 - NIRE 43300010376

Av. Carlos Gomes, 300 - 12º ANDAR
FONE (51) 3287-3300 - FAX (51) 3287-3340
CEP 90.480-000 - PORTO ALEGRE - RS
site: www.bancorenner.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco A. J. Renner S.A. (Banco Renner ou Instituição), em atendimento as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), bem como o respectivo Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

FOCO DE ATUAÇÃO

O Banco Renner é uma sociedade por ações de capital fechado com sede em Porto Alegre/RS e, está autorizado pelo BACEN a atuar sob a forma de banco múltiplo operando as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento.

A Instituição é controlada pela Renner Participações S.A., *holding* de capital fechado, cujo controle acionário pertence a membros da família Renner e a BA Empreendimentos e Participações Ltda., *holding* de participação do Grupo RECORD.

O foco de atuação do Banco é o financiamento de veículos usados, atuando nos seguintes estados: RS, SC, PR, SP e MG, os quais representam atualmente cerca de 94% das operações, atuando em parceria com lojistas/revendedores de veículos na origem das operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

A Instituição também atua em operações de crédito de capital de giro, desconto de títulos, crédito consignado privado, entre outros, frutos da sociedade com o Grupo RECORD.

O Banco Renner mantém a política de utilizar como principal fonte de captação de recursos, os depósitos a prazo com emissão de Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Recibo de Depósito Bancário (RDB), bem como os recursos provenientes de aplicação de investidores institucionais em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE). Também é utilizado eventualmente, a título de solução reguladora do limite de liquidez, o mecanismo de cessão de créditos que compõem a sua carteira para outras instituições financeiras, com as quais mantém parceria para a disponibilização de linhas específicas a esta finalidade.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

A Administração considerou satisfatório o resultado atingido no exercício de 2019, o qual foi fortemente beneficiado pela redução da taxa básica de juros, a qual influencia diretamente o custo de *funding*. Este cenário de juros, de acordo com as expectativas de mercado, dentre elas as divulgadas pelo BACEN através do Focus – Relatório de Mercado, deve permanecer estável para 2020. Adicionalmente, a retomada da atividade econômica foi evidente no ano de 2019 e, ainda que seu ritmo de restabelecimento tenha sido gradativo, permite projetar 2020 com grandes oportunidades para um desenvolvimento sustentado, norteado por oportunidades de investimento e pela retomada do consumo das famílias.

Principais destaques do ano:

- O lucro líquido apurado no exercício de 2019 foi de R$ 41.178 mil (R$ 25.659 mil em 2018), representando um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido (ROE) na ordem de 22,49%. Na comparação com o ano anterior, apresentou um aumento de 60,52%, equivalente a um crescimento 4,54 pontos percentuais no ROE.
- A principal influência no aumento do lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período do ano anterior, refere-se ao custo de captação, tendo em vista que a taxa média anualizada dos Certificados dos Depósitos Interbancários (CDI) para o exercício de 2019 foi de aproximadamente 4,59% (6,40% em 2018).
- As receitas da intermediação financeira apuradas no ano de 2019 foram de R$ 315.586 mil (R$ 274.440 mil em 2018) e a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R$ 71.098 mil (R$ 65.473 mil em 2018), apresentando um crescimento em relação ao ano anterior de 14,99% e 8,59%, respectivamente.
- As despesas da intermediação financeira apuradas no ano 2019 foram de R$ 111.759 mil (R$ 76.894 mil em 2018), apresentando um aumento de 45,34%.
- As despesas de pessoal somadas as outras despesas administrativas finalizaram o exercício de 2019 em R$ 131.923 mil (R$ 105.131 mil em 2018), apresentando um aumento de 25,48%.
- A carteira de operações de crédito finalizou o exercício de 2019 com um saldo de R$ 1.428.697 mil (R$ 1.011.985 mil em 2018), apresentando um crescimento de 52,90%. O CDC–Veículos, principal produto do portfólio do Banco Renner, apresentou um crescimento de 50,01% em comparação ao ano anterior.
- A carteira de depósitos a prazo encerrou o exercício de 2019 com um saldo de R$ 1.582.946 mil (R$ 1.035.296 mil em 2018), apresentando um crescimento de 52,90% em comparação ao ano anterior. Este crescimento manteve a carteira de depósitos em patamar suficiente para financiar a carteira de operações de crédito e, ainda, permitiu encerrarmos o exercício de 2019 com o índice de liquidez em relação as captações com possibilidade de liquidação diária em 32,33% (35,32% em 2018). Outro ponto que merece destaque, é o limite para captação de DPGE no montante de R$ 310.241 mil (R$ 280.000 mil em 2018).
- Em relação ao Índice de Basileia, o Banco Renner encerrou o ano de 2019 com o índice de 12,60% (12,50% em 2018). Cabe destacar, que o capital da Instituição é formado 100% por capital de nível I.

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES (Valores expressos em R$ mil)	dez/19	dez/18	Variação
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
Receitas da intermediação financeira	315.586	274.440	14,99%
Despesas de captação no mercado	(111.760)	(76.894)	45,34%
Margem Financeira Bruta	**203.827**	**197.546**	**3,18%**
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(71.098)	(65.473)	8,59%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**132.729**	**132.073**	0,50%
Receitas de tarifas bancárias	80.572	38.023	111,90%
Despesas de pessoal e administrativas	(131.923)	(105.131)	25,48%
Outras despesas - líquidas	(15.970)	(12.857)	24,21%
Resultado antes da Tributação e das Participações	**65.409**	**52.108**	**25,53%**
Imposto de renda e contribuição social	(18.702)	(22.863)	-18,20%
Participações no lucro	(5.529)	(3.593)	53,88%
Lucro Líquido	**41.178**	**25.652**	**60,52%**
BALANÇO PATRIMONIAL			
Disponibilidades	511.334	364.704	40,21%
Operações de crédito	1.428.697	1.011.985	41,18%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71.691)	(60.077)	19,33%
Outros créditos	112.671	70.720	59,32%
Permanente	24.016	16.691	43,88%
Total do Ativo	**2.005.027**	**1.404.023**	**42,81%**
Depósitos à vista	21.825	8.774	148,74%
Depósitos a prazo	1.582.946	1.035.296	52,90%
Outras obrigações	185.310	208.782	-11,24%
Patrimônio Líquido	214.946	151.171	42,19%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**2.005.027**	**1.404.023**	**42,81%**
CARTEIRA DE CRÉDITO E DE DEPÓSITOS A PRAZO			
Veículos	1.340.312	893.480	50,01%
Capital de giro	55.001	82.675	-33,47%
Consignado privado	20.915	23.636	-11,51%
Crédito pessoal	8.930	6.328	41,12%
Títulos descontados	2.048	3.290	-37,75%
Antecipação de aluguéis	1.491	2.576	-42,14%
Total da Carteira de Crédito	**1.428.697**	**1.011.985**	**41,18%**
CDB Pré-fixado	1.218.103	655.839	85,73%
CDB Pós-fixado	363.298	375.725	-3,31%
DPGE Pós-fixado	-	1.763	-100,00%
RDB Pré-fixado	1.545	1.427	8,28%
RDB Pós-fixado	-	542	-100,00%
Total da Carteira de Depósitos	**1.582.946**	**1.035.296**	**52,90%**
INDICADORES			
Retorno sobre patrimônio líquido médio (ROE)	22,49%	17,96%	4,54 (p.p)
Retorno sobre ativo total médio (ROA)	2,42%	1,96%	0,46 (p.p)
Índice de Basileia (IB)	12,60%	12,50%	0,1 (p.p)
Inadimplência	8,51%	6,83%	1,68 (p.p)
PCLD / Carteira de crédito	5,02%	5,94%	-0,92 (p.p)
Índice de liquidez (gerencial)	32,33%	35,32%	-2,99

GESTÃO DE RISCOS

O modelo de gerenciamento de riscos adotado pelo Banco envolve uma estrutura de Comitê, com a participação dos Diretores e da Gerência de Riscos. As decisões são tomadas de forma colegiada em conformidade com as políticas estabelecidas pelo Banco. Adicionalmente, em conformidade com a Circular 3.678/13, estão divulgados no site da Instituição www.bancorenner.com.br, as informações relativas às estruturas de gerenciamento de riscos, as exposições aos riscos, o patrimônio de referência (PR), e as parcelas de requerimento de capital e a RAS – Declaração de Apetite por Riscos.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, estabelecemos a estrutura de gestão de capital e de gerenciamento dos riscos integrados que possibilita que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados.

Formalizamos em políticas e normativas internas as diretrizes da gestão de risco para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis.

Adotamos o modelo de três linhas de defesa com o objetivo de estabelecimento da cultura de gerenciamento de riscos integrados, sendo o Departamento de Riscos e Controles Internos participante da segunda linha de defesa.

O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer os limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pelo apetite da Instituição.

Risco operacional

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais onde o Departamento de Riscos, Controles Internos é responsável pela operacionalização do gerenciamento de riscos operacionais e reporta-se diretamente à Diretoria, e possui como finalidade identificar, registar e monitorar os riscos operacionais, controlar e reportar os limites de risco, assim como avaliar os controles para mitigação dos riscos da Instituição.

A metodologia utilizada para a condução da gestão de risco operacional e controles internos está baseada no COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e no acordo de Basileia - BIS (*Bank for International Settlements*), que contempla avaliações nos processos, identificação dos riscos, efetividade dos controles e planos de ação para mitigação.

Para apuração do capital requerido para o risco operacional é utilizada a abordagem padronizada básica.

Risco de mercado

A estrutura de gestão do risco de mercado do Banco concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações incluídas na carteira de não negociação – *banking book* (atualmente o Banco não possui operações na carteira de negociação). O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer e monitorar os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez concentra-se no controle, monitoramento e reporte das situações que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro da instituição. São realizados testes de aderência para acompanhamento e confronto diário entre os valores programados que constam no fluxo de caixa e aqueles que efetivamente foram realizados, assim como testes de estresse, envolvendo situações como o aumento da inadimplência, resgates antecipados e não renovação das captações.

Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento da qualidade da carteira de crédito, de políticas, normas, testes de estresse e análise dos níveis de concentração e inadimplência para adequada apropriação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Gerenciamento de capital

A estrutura para gerenciamento de capital prevê procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência (PR), Índice de Basileia, limites mínimos de capital, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital.

O Departamento de Riscos, Controles Internos e Compliance é responsável pela apuração e reporte dos limites definidos pelo Comitê de Riscos e pelos limites operacionais regulamentares determinados pelo BACEN. Segue abaixo tabela resumo das informações do período (em R$ mil):

Índice de Basileia	2019	2018
Patrimônio de referência (PR)	**199.079**	**142.622**
Capital principal (nível I)	199.079	142.622
Capital social	160.000	120.000
Reservas de lucros	46.979	31.171
Ajustes prudenciais de ativos intangíveis	(7.900)	(8.549)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	**1.580.260**	**1.141.109**
Risco de crédito (RWACPAD)	1.176.151	817.334
Risco de mercado (RWAMPAD)	14.303	11.722
Risco de taxa de câmbio (RWACAM)	2.861	2.528
Risco operacional (RWAOPAD)	389.806	312.054
Carteira *banking* (RBAN)	2.312	6.794
Adicional de Conservação Capital Principal	39.506	21.396
Margem sobre PR considerando o RBAN	30.840	16.011
Índice de Basileia	**12,60%**	**12,50%**
Índice de imobilização	7,27%	4,96%

Concentração de operações

Em 31 de dezembro de 2019, a maior exposição em determinado cliente corresponde a 7,57% do Patrimônio de Referência (PR), isto é R$ 15,08 milhões em operações de crédito. Este cliente possui participação como interveniente/sacado em outras operações de crédito no valor de R$ 31.28 milhões. Estas exposições estão de acordo com os limites internos estabelecidas pelo Banco. As demais operações do Banco são pulverizadas.

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

Títulos e valores mobiliários

Em atendimento à Circular nº 3.068/01 do BACEN, os Diretores declaram terem a intenção que o Banco Renner mantenha até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", no montante de R$ 349 mil apresentados na nota explicativa nº 7. Declaram, também, que a Instituição possui capacidade financeira de manter tais títulos até seus respectivos vencimentos.

Demonstrações contábeis

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis do Banco Renner para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Declaram, também, que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, autorizando sua emissão em 06 de março de 2020.

OUVIDORIA INSTITUCIONAL

A estrutura de Ouvidoria do Banco Renner está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15, onde disponibiliza aos seus clientes os canais de acesso à Ouvidoria e os divulga através de suas empresas controladas, de seus correspondentes bancários, internet e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e, em estrita observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco Renner não contratou nem teve serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes que afetem ou possam afetar a independência necessária à execução do trabalho de auditoria externa das demonstrações contábeis. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Para finalizar, agradecemos aos clientes e acionistas pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação e, reiteramos o nosso compromisso permanente de promover uma administração focada em resultados, sem abrir mão do tripé: segurança, liquidez e rentabilidade, que caracterizou nossa trajetória ao longo desses mais de 35 anos.

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em reais mil)

	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	**1.200.788**	**896.803**
Disponibilidades (Nota 6)	4.164	7.067
Aplicações interfinanceiras de liquidez	506.885	356.298
Aplicações no mercado aberto (Nota 7)	506.885	356.298
Relações interfinanceiras	285	1.013
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil	285	814
Correspondentes no exterior	-	199
Operações de crédito	648.953	496.356
Setor privado (Nota 9)	645.865	451.989
Créditos cedidos (Nota 9)	50.785	88.291
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 10)	(47.697)	(43.924)
Outros créditos	15.744	32.762
Diversos (Nota 11)	15.744	32.762
Outros Valores e Bens	24.757	3.307
Despesas antecipadas (Nota 12)	24.086	2.812
Bens não de uso próprio (Nota 12)	671	495
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**804.239**	**507.220**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**780.223**	**490.529**
Títulos e valores mobiliários	346	326
Carteira própria (Nota 8)	346	326
Operações de crédito	708.053	455.552
Setor privado (Nota 9)	697.188	432.771
Créditos cedidos (Nota 9)	34.859	38.934
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 10)	(23.994)	(16.153)
Outros créditos	68.089	33.299
Diversos (Nota 11)	68.089	33.299
Outros valores e bens (Nota 12)	3.735	1.352
Despesas antecipadas (Nota 12)	3.735	1.352
PERMANENTE	**24.016**	**16.691**
Investimentos	4.231	5.585
Participações em controladas no País (Nota 13)	4.231	5.585
Imobilizado	14.480	4.101
Imobilizado em curso (Nota 14)	5.038	-
Outras imobilizações de uso (Nota 14)	16.555	8.021
Depreciações acumuladas (Nota 14)	(7.113)	(3.920)
Intangível	5.305	7.005
Gastos de aquisição e desenvolvimento (Nota 15)	7.371	8.987
Amortizações acumuladas (Nota 15)	(2.066)	(1.982)
TOTAL DO ATIVO	**2.005.027**	**1.404.023**

	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE	**949.880**	**670.668**
Depósitos	839.435	567.777
Depósitos à vista (Nota 16)	21.825	8.774
Depósitos a prazo (Nota 16)	817.610	559.003
Outras obrigações	110.445	102.891
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	615	461
Sociais e estatutárias (Nota 17.1)	4.658	9.231
Fiscais e previdenciárias (Nota 17.2)	22.266	2.806
Diversas (Nota 17.3)	82.906	90.393
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**840.201**	**582.184**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**840.201**	**582.184**
Depósitos	765.336	476.293
Depósitos a prazo (Nota 16)	765.336	476.293
Outras obrigações	74.865	105.891
Sociais e estatutárias (Nota 17.1)	1.460	974
Diversas (Nota 17.3)	73.405	104.917
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**214.946**	**151.171**
Capital	167.967	120.000
De domiciliados no País (Nota 18.1)	167.967	120.000
Reservas de lucros (Nota 18.2)	46.979	31.171
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.005.027**	**1.404.023**

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em reais mil)

	2019 Sem.	2019 Exerc.	2018 Exerc.
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**166.855**	**315.586**	**274.440**
Operações de crédito	157.567	294.376	262.349
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	9.288	21.210	12.091
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(99.086)**	**(182.857)**	**(142.367)**
Operações de captação no mercado	(50.502)	(94.359)	(68.301)
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	(6.768)	(17.400)	(8.593)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 10)	(41.816)	(71.098)	(65.473)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**67.769**	**132.729**	**132.073**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(43.559)**	**(67.327)**	**(79.965)**
Receitas de tarifas bancárias (Nota 19)	44.448	80.572	38.023
Despesas de pessoal	(17.917)	(37.864)	(40.752)
Outras despesas administrativas (Nota 20)	(54.108)	(94.059)	(64.379)
Despesas tributárias	(8.811)	(13.801)	(12.928)
Resultado de participações em controladas (Nota 13)	(2.020)	(2.826)	(618)
Outras receitas operacionais	1.013	7.073	1.168
Outras despesas operacionais	(6.164)	(6.422)	(479)
RESULTADO OPERACIONAL	**24.210**	**65.402**	**52.108**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**-**	**7**	**-**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E DAS PARTICIPAÇÕES	**24.210**	**65.409**	**52.108**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(5.054)**	**(18.702)**	**(22.863)**
Provisão para imposto de renda (Nota 21)	(10.322)	(23.757)	(3.357)
Provisão para contribuição social (Nota 21)	(6.896)	(14.723)	(2.557)
Ativo fiscal diferido (Nota 21)	12.164	19.778	(16.949)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO (Nota 17.1)	**(2.710)**	**(5.529)**	**(3.593)**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO	**16.446**	**41.178**	**25.659**
Juros sobre o capital próprio (Nota 18.3).	(9.373)	(9.373)	9.042
Lucro Líquido por ação - R$	9,26	23,17	17,19

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em reais mil)

	2019 Sem.	2019 Exerc.	2018 Exerc.
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	70.037	142.285	119.127
Lucro Líquido	16.454	41.178	25.652
Ajustes ao lucro líquido do semestre exercício	53.582	101.108	93.475
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)	5.054	18.702	22.863
Depreciação e amortização (Nota 14 e 15)	1.580	3.116	1.487
Resultado de participações em controladas (Nota 13)	2.019	2.825	618
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 10)	41.817	71.098	65.473
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 17.3)	3.113	5.367	3.034
Variação de ativos e obrigações	198.922	11.665	34.857
Redução em aplicações interfinanceiras (Nota 7)	31.890	1.578	(623)
Aumento em títulos e valores mobiliários (Nota 8)	(10)	(20)	(20)
(Aumento) ou redução em relações interfinanceiras	2.852	728	3.228
Aumento em operações de crédito (Nota 9)	(268.916)	(476.197)	(109.509)
Aumento em outros créditos (Nota 11)	21.139	2.006	(24.271)
(Aumento) ou redução em outros valores e bens	(14.716)	(23.832)	(2.458)
Aumento ou (redução) em depósitos (Nota 16)	460.629	560.700	16.930
Aumento ou (redução) em instrumentos financeiros derivativos	-	-	(4)
Aumento ou (redução) em outras obrigações (Nota 17)	(33.946)	(53.298)	151.584
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	268.959	153.950	153.984
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.950)	(22.353)	(3.772)
Caixa líquido proveniente das (usado n as) atividades operacionais	257.009	131.597	150.212
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de investimentos	(2.000)	(4.400)	(3.000)
Baixa de investimentos	23	2.952	-
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(8.578)	(11.819)	(5.951)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(10.555)	(13.266)	(8.951)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(2.851)	(9.822)
Aporte de Capital	27.967	33.783	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	27.967	30.932	(9.822)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	274.421	149.262	131.439
Disponibilidades	3.093	7.067	215
Aplicações interfinanceiras de liquidez	233.535	354.720	230.133
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre	236.628	361.787	230.348
Disponibilidades	4.164	4.164	7.067
Aplicações interfinanceiras de liquidez	506.885	506.885	354.720
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	511.049	511.049	361.787

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em reais mil)

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Capital de giro	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	140.000	8.802	9.421	23.488	181.711
Aumento do Capital Social	27.967	-	-	-	27.967
Lucro líquido do semestre	-	-	-	16.454	16.454
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	823	-	(823)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 18.3)	-	-	-	(9.373)	(9.373)
Dividendos	-	-	-	(1.813)	(1.813)
Reserva de capital de giro (Nota 18.2)	-	-	27.933	(27.933)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	167.967	9.625	37.354	-	214.946
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	120.000	7.566	23.605	-	151.171
Aumento do capital social	47.967	-	(14.184)	-	33.783
Lucro líquido do exercício	-	-	-	41.178	41.178
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	2.059	-	(2.059)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 18.3)	-	-	-	(9.373)	(9.373)
Dividendos	-	-	-	(1.813)	(1.813)
Reserva de capital de giro (Nota 18.2)	-	-	27.933	(27.933)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	167.967	9.625	37.354	-	214.946
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	110.000	6.283	18.278	-	134.561
Aumento do capital social	10.000	-	(10.000)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.652	25.652
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	1.283	-	(1.283)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 18.3)	-	-	-	(9.042)	(9.042)
Dividendos (Nota 18.3)					
Reserva de capital de giro (Nota 18.2)	-	-	15.327	(15.327)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	120.000	7.566	23.605	-	151.171

Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em reais mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco A. J. Renner S.A. (Banco) é uma sociedade por ações de capital fechado cujo controle é exercido pela Renner Participações S.A. e, sua sede social está localizada na Av. Carlos Gomes, 300, 13º andar, Porto Alegre/RS.

O Banco está autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a atuar sob a forma de banco múltiplo operando as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimentos.

A Renner Participações S.A. é uma *holding* de capital fechado, com controle acionário pertencente a membros da família Renner e a participação acionária da BA Empreendimentos e Participações Ltda., *holding* de participação do Grupo RECORD.

O foco de atuação do Banco é o financiamento de veículos usados, atuando nos seguintes estados: RS, SC, PR, SP e MG, os quais representam atualmente cerca de 94% das operações, atuando em parceria com lojistas/revendedores de veículos na origem das operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

A Instituição também atua em operações de crédito de capital de giro, desconto de títulos, crédito consignado privado, entre outros, frutos da sociedade com o Grupo RECORD.

A principal fonte de recursos são os depósitos a prazo captados via emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Recibos de Depósitos Bancários (RDB). Também são utilizados eventualmente, a título de solução reguladora do limite de liquidez, as operações de cessão de recebíveis que compõem a carteira de crédito para outras instituições financeiras com as quais o Banco mantém parceria para a disponibilização de linhas específicas a esta finalidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, emanadas das normas contábeis consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, na Lei das Sociedades por Ações do Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº. 11.638/07, normatizada pelo BACEN.

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu algumas normas e suas respectivas interpretações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- Resolução nº. 3.566/08 do Conselho Monetário Nacional (CMN) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1));
- Resolução CMN nº. 3.604/08 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2));
- Resolução CMN nº. 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 (R1));
- Resolução CMN nº. 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução CMN nº. 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução CMN nº. 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1));

Continua

- Resolução CMN nº. 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução CMN nº. 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1), emitido pelo CPC, aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo CMN ou pelo BACEN;
- Resolução CMN nº. 4.424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1));
- Resolução CMN nº. 4.524/16 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (CPC 02 (R2));
- Resolução CMN nº. 4.534/16 – Ativo Intangível (CPC 04 (R1));
- Resolução CMN nº. 4.535/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27);
- Resolução CMN nº 4.748/19 – Mensuração a Valor Justo (CPC 46).

Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC serão aprovados pelo BACEN.
A preparação de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão divulgadas na nota nº 3.
Em 06 de março de 2020 a Diretoria do Banco autorizou a emissão das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

3. ESTIMATIVAS, JULGAMENTOS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.
Com base em premissas, o Banco faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com a Resolução CMN nº. 2.682/99 e legislação complementar. O montante constituído é suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos julgados de difícil liquidação.
De acordo com a Resolução CMN nº. 3.533/08 e alterações posteriores, o registro contábil da baixa do ativo financeiro está relacionado à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência, de acordo com as seguintes categorias:
i) operações com transferência substancial dos riscos e benefícios;
ii) operações com retenção substancial dos riscos e benefícios;
iii) operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.
As operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem no balanço da entidade que transferiu seus ativos. Os valores recebidos na operação são registrados pelo Banco no ativo em contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação.

(b) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda corrente é registrada pelo regime de competência e é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro excedente a R$ 240 mil ao ano. A provisão para contribuição social corrente é registrada pelo regime de competência à alíquota de 15%, calculada e contabilizada antes do imposto de renda. Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional nº 103/2019, conforme prevê o art. 32, a Contribuição Social sobre o Lucro disposta na Lei n° 7.689/1988 para os bancos de qualquer espécie, previsto no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105/2005, será de 20% (vinte por cento). E esta alíquota entrará em vigor a partir de 1º de março de 2020.Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias e registrados na rubrica "Outros Créditos – Diversos".

(c) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários
O Banco reconhece provisões com processos cuja perda, avaliada por seus assessores legais, é provável, conforme CPC 25, aprovado pelo CMN. Esse reconhecimento ocorre através da utilização de modelos e critérios que permitam uma melhor estimativa de desfecho, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor.

4. GESTÃO DE RISCOS
O modelo de gerenciamento de riscos adotado pelo Banco envolve uma estrutura de Comitê, com a participação dos Diretores e da Gerência de Riscos. As decisões são tomadas de forma colegiada em conformidade com as políticas estabelecidas pelo Banco. Adicionalmente, em conformidade com a Circular 3.678/13, estão divulgados no site da Instituição www.bancorenner.com.br, as informações relativas às estruturas de gerenciamento de riscos, as exposições aos riscos, o patrimônio de referência (PR), e as parcelas de requerimento de capital e a RAS – Declaração de Apetite por Riscos.
Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, estabelecemos a estrutura de gestão de capital e de gerenciamento dos riscos integrados que possibilita que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados.
Formalizamos em políticas e normativas internas as diretrizes da gestão de risco para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis.
Adotamos o modelo de três linhas de defesa com o objetivo de estabelecimento da cultura de gerenciamento de riscos integrados, sendo o Departamento de Riscos e Controles Internos participante da segunda linha de defesa.
O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer os limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pelo apetite da Instituição.

(a) Risco operacional
O Banco possui uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais onde o Departamento de Riscos, Controles Internos é responsável pela operacionalização do gerenciamento de riscos operacionais e reporta-se diretamente à Diretoria, e possui como finalidade identificar, registar e monitorar os riscos operacionais, controlar e reportar os limites de risco, assim como avaliar os controles para mitigação dos riscos da Instituição.
A metodologia utilizada para a condução da gestão de risco operacional e controles internos está baseada no COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e no acordo de Basileia - BIS (*Bank for International Settlements*), que contempla avaliações nos processos, identificação dos riscos, efetividade dos controles e planos de ação para mitigação.
Para apuração do capital requerido para o risco operacional é utilizada a abordagem padronizada básica.

(b) Risco de mercado
A estrutura de gestão do risco de mercado do Banco concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações incluídas na carteira de não negociação – banking book (atualmente o Banco não possui operações na carteira de negociação). O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer e monitorar os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

(c) Risco de liquidez
A gestão do risco de liquidez concentra-se no controle, monitoramento e reporte das situações que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro da instituição. São realizados testes de aderência para acompanhamento e confronto diário entre os valores programados que constam no fluxo de caixa e aqueles que efetivamente foram realizados, assim como testes de estresse, envolvendo situações como o aumento da inadimplência, resgates antecipados e não renovação das captações.

(d) Risco de crédito
O gerenciamento do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento da qualidade da carteira de crédito, de políticas, normas, testes de estresse e análise dos níveis de concentração e inadimplência para adequada apropriação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(e) Gerenciamento de capital
A estrutura para gerenciamento de capital prevê procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência (PR), Índice de Basileia, limites mínimos de capital, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital.
O Departamento de Riscos, Controles Internos e Compliance é responsável pela apuração e reporte dos limites definidos pelo Comitê de Riscos e pelos limites operacionais regulamentares determinados pelo BACEN. Segue abaixo tabela resumo das informações do período (em milhões):

Índice de Basileia	2019	2018
Patrimônio de referência (PR)	**199.079**	**142.622**
Capital principal (nível I)	199.079	142.622
Capital social	160.000	120.000
Reservas de lucros	46.979	31.171
Ajustes prudenciais de ativos intangíveis	(7.900)	(8.549)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	**1.580.260**	**1.141.109**
Risco de crédito (RWACPAD)	1.176.151	817.334
Risco de mercado (RWAMPAD)	14.303	11.722
Risco de taxa de câmbio (RWACAM)	2.861	2.528
Risco operacional (RWAOPAD)	389.806	312.054
Carteira *banking* (RBAN)	2.312	6.794
Adicional de Conservação Capital Principal	39.506	21.396
Margem sobre PR considerando o RBAN	30.840	16.011
Índice de Basileia	12,60%	12,50%
Índice de imobilização	7,27%	4,96%

Concentração de Interveniente/Sacado
Em 31 de dezembro de 2019, a maior exposição em determinado cliente corresponde a 7,57% do Patrimônio de Referência (PR), isto é R$ 15,08 milhões em operações de crédito. Este cliente possui participação como interveniente/sacado em outras operações de crédito no valor de R$ 31.28 milhões. Estas exposições estão de acordo com os limites internos estabelecidas pelo Banco. As demais operações do Banco são pulverizadas.

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS
As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente nas demonstrações contábeis, nas quais:
5.1 Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações formalizadas com taxas pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata temporis*, e as operações com taxas pré-fixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.
5.2 Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional, e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos até a data de encerramento do balanço, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixos para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
5.3 Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas quando aplicável.
5.4 Títulos e valores mobiliários:
- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários os quais serão reconhecidos ao resultado do exercício quando da efetiva realização.
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

O Banco detém de títulos públicos federais, classificados como mantidos até o vencimento, os quais são atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício, conforme demonstrado na nota nº 7.
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve reclassificação de títulos entre as categorias.
5.5 Operações de crédito e depósitos: As operações de crédito e depósitos a prazo pré-fixados estão atualizadas e demonstradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos/encargos decorridos até a data do balanço, as operações de crédito, depósitos interfinanceiros e os depósitos a prazo, bem como as demais operações ativas e passivas pós-fixados, são atualizados *pro rata temporis*, pelo método exponencial.
(a) Classificação das operações de crédito: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, na qual requer uma análise periódica da carteira e sua classificação níveis, iniciando no AA (risco mínimo) e finalizando no H (risco máximo).
As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão existente. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999, pode ocorrer a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver novos fatos que justificarem a mudança do nível de risco.
5.6 Investimentos: Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, reduzido por provisão para perdas, quando aplicável, a movimentação dos investimentos está demonstrada na nota nº 12.
5.7 Imobilizado: Está registrado ao custo de aquisição e está sujeito à avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada do bem, sendo: 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos de uso e, 20% para veículos e sistema de processamento de dados.
5.8 Intangível: Está registrado ao custo de aquisição e está sujeito à avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo de 5 anos.
5.9 Provisão para imposto de renda: A provisão para o imposto de renda corrente é registrada pelo regime de competência e calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro excedente a R$ 240 mil ao ano. A provisão para contribuição social corrente é registrada pelo regime de competência à alíquota de 15%, calculada e contabilizada antes do imposto de renda. Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias e registrados na rubrica "Outros Créditos – Diversos".
5.10 Contingências: O Banco segue os critérios definidos pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, tendo como base o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (Nota nº 16.3).
Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, somente quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, normalmente representado pelo trânsito em julgado da ação, somente assim são reconhecidos como ativo.
A provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
5.11 Lucro por ações: Lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2019	2018
Disponibilidades	4.164	7.067
Disponibilidades em moeda nacional	4.164	7.067

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
As operações compromissadas (posição bancada – revendas a liquidar) são realizadas com acordos de livre movimentação e atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).
As aplicações em depósitos interfinanceiros são realizadas com prazos pré-determinados sem livre movimentação, remuneradas em média a 103,75% (2018 – 103,56%) da taxa média diária divulgada pela CETIP para os Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) e deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
As aplicações interfinanceiras de liquidez estão compostas como segue:

Posição bancada	Até 90 dias	Após 90 dias	2019 Total	2018 Total
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	70.008	-	70.008	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	36.861	-	36.861	44.635
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	400.016	-	400.016	310.085
Subtotal	**506.885**	**-**	**506.885**	**354.720**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	1.578
Total	**506.885**	**-**	**506.885**	**356.298**
Parcela de curto prazo	-	-	506.885	356.298
Parcela de longo prazo	-	-	-	-

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dos títulos e valores mobiliários é de R$ 346; (R$ 326 em 2018) com vencimentos acima de 360 dias, representados por letras financeiras do tesouro, indexados pela SELIC.
O Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R$ 346.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as informações da carteira de operações de crédito são assim sumariadas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

Setor privado	2019	2018
Empréstimos	74.188	85.133
Títulos descontados	2.048	3.290
Financiamentos	1.266.818	796.336
Créditos cedidos	85.643	127.226
Subtotal	**1.428.697**	**1.011.985**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71.691)	(60.077)
Total	**1.357.006**	**951.908**
Parcela de curto prazo	648.953	496.356
Parcela de longo prazo	708.053	455.552

b. Diversificação da carteira por segmento de mercado

Setor Privado	2019 Valor	2019 %	2018 Valor	2018 %
Indústria	362	0,03	585	0,06
Comércio	5.631	0,39	5.830	0,58
Serviços	63.307	4,43	85.189	8.42
Pessoas físicas	1.359.397	95,15	920.391	90,95
Total	**1.428.697**	**100,00**	**1.011.985**	**100,00**

c. Diversificação da carteira por vencimento (por parcelas)

Descrição	2019 Valor	2019 %	2018 Valor	2018 %
Vencidas a partir de 15 dias	56.522	3,96	43.173	4,27
A vencer até 3 meses	184.613	12,92	149.917	14,81
A vencer de 3 a 12 meses	455.515	31,88	347.189	34,31
A vencer de 1 a 3 anos	643.467	45,04	471.662	46,61
A vencer de 3 a 5 anos	88.580	6,20	44	0,00
Total	**1.428.697**	**100,00**	**1.011.985**	**100,00**

d. Diversificação da carteira por nível de concentração (por clientes)

Descrição	2019 Valor	2019 %	2018 Valor	2018 %
10 maiores clientes	61.493	4,30	77.684	7,68
50 seguintes maiores clientes	8.448	0,59	12.588	1,24
100 seguintes maiores clientes	4.994	0,35	4.924	0,49
Demais clientes	1.353.762	94,76	916.789	90,59
Total	**1.428.697**	**100,00**	**1.011.985**	**100,00**

e. Cessão de créditos
No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco efetuou cessão de créditos com retenção substancial de riscos e benefícios no montante de R$ 28.006 (168.794 em 2018), conforme as disposições contábeis previstas na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, vigente a partir de 01 de janeiro de 2012.
O saldo em aberto a valor presente das operações cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 85.644 (R$ 127.225 em 2018), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações – diversas – Obrigações por operações vinculadas a cessão" no montante de R$ 105.977 (R$ 151.923 em 2018), tendo apropriado receitas no montante de R$ 12.727 e R$ 28.441, semestre e exercício, respectivamente, (R$ 12.473 exercício 2018) e despesas no montante de R$ 6.768 e R$ 17.401, semestre e exercício, respectivamente (R$ 8.593 exercício 2018).

f. Renegociação
No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, foram renegociados créditos no montante de R$ 55.293 e R$ 92.529, respectivamente, (R$ 39.854 em 2018).

10. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

Descrição	Semestre	2019 Exercício	2018 Exercício
(=) Saldo inicial	(54.472)	(60.077)	(48.457)
(+) Constituição	(41.816)	(71.098)	(65.473)
(-) Créditos baixados para prejuízo	24.597	59.484	53.853
(=) Saldo final	**(71.691)**	**(71.691)**	**(60.077)**

Em 31 de dezembro, o risco da carteira de crédito estava assim distribuído:

Nível de risco	% Provisão	2019 Total da carteira	2019 Provisão	2018 Total da carteira	2018 Provisão
A	0.5	1.123.997	5.620	830.803	4.154
B	1	102.125	1.021	58.476	585
C	3	80.536	2.416	39.822	1.195
D	10	40.286	4.029	17.977	1.798
E	30	21.424	6.427	9.443	2.833
F	50	11.459	5.730	8.132	4.066
G	70	8.071	5.649	6.279	4.395
H	100	40.799	40.799	41.053	41.051
Total		**1.428.697**	**71.691**	**1.011.985**	**60.077**
Parcela de curto prazo		696.650	47.697	540.280	43.924
Parcela de longo prazo		732.047	23.994	471.705	16.153

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.
Foram recuperados no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 créditos no montante de R$ 3.697 e R$ 6.894, respectivamente (R$ 11.407 exercício 2018), registrados na rubrica de receita de operações de crédito.

11.OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Descrição	2019	2018
Devedores por depósitos em garantia	9.209	6.755
Depósitos para interposição de recursos tributários	1.003	930
Depósitos para interposição de recursos trabalhistas	6.183	3.888
Depósitos para caução de operações de cartão de crédito	2.015	1.937
Outros	8	-
Créditos tributários (a)	56.700	36.769
Impostos e contribuições a compensar	3.669	11.089
Cobranças bancárias	336	825
Títulos e créditos	10.146	7.299
Comissões	1.914	1.209
Créditos diversos	1.859	2.115
Total	**83.833**	**66.061**
Parcela de curto prazo	15.744	32.762
Parcela de longo prazo	68.089	33.299

(a) Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram constituídos créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis na base de cálculo para determinação do imposto de renda e contribuição social, conforme suas bases geradoras:

Descrição dos itens base do diferimento	IRPJ	CSLL	2019 Total	2018 Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.923	10.754	28.677	24.030
Operações de crédito levadas à perda temporariamente indedutíveis	11.515	6.909	18.424	4.398
Subtotal	**29.438**	**17.663**	**47.101**	**28.428**
Provisão para riscos trabalhistas	5.876	3.526	9.402	8.076
Provisão para riscos cíveis	123	74	197	265
Total	**35.437**	**21.263**	**56.700**	**36.769**

Em 31 de dezembro de 2018, com o término de vigência da Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, a alíquota da contribuição social retornou a 15%, anteriormente 20%, produzindo efeito nas diferenças temporárias de R$ 4.594 mil.
Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, conforme a seguinte expectativa:

2020	2021	2022	Total
1.300	40.887	14.512	56.700

Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente do crédito tributário é de R$ 51.452 (R$ 31.497 em 2018) calculado com base na taxa média de captação 6,32%, considerando a expectativa de realização anteriormente mencionada.
No semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

	Semestre	2019 Exercício	2018 Exercício
(=) Saldo no início do semestre/exercício	44.384	36.769	53.718
(+) Constituições	12.354	20.095	8.012
(-) Efeito da Lei nº13.169 – alíquota 15%	-	-	(4.594)
(-) Baixas	(38)	(164)	(20.367)
(=) Saldo no fim do semestre/exercício	**56.700**	**56.700**	**36.769**

Em atendimento ao requerido pelas Resoluções nº. 3.355, de 31 de março de 2006 e nº. 3.059, de 20 de dezembro de 2002, ambas do CMN, eventual reversão, bem como a manutenção dos créditos tributários deverão ser avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

12. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	2019	2018
Bens não de uso próprio	671	495
Veículos e afins	671	495
Despesas antecipadas	27.821	4.164
Prêmios de seguros a apropriar	30	-
Despesas de pessoal antecipadas	374	379
Outras despesas administrativas antecipadas	27.200	3.304
Outras despesas antecipadas	217	481
Total	**28.492**	**4.659**
Parcela de curto prazo	24.757	3.307
Parcela de longo prazo	3.735	1.352

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS
O Banco detém de investimentos em controladas, das quais exercem atividades operacionais distintas, sendo:
(a) Cristal Administradora de Cartões de Crédito Ltda.: Exerce atividades de gestão e administração de cartões de crédito e de débito.
(b) Renner Promotora de Vendas e Serviços Ltda.: A partir de 30 de abril de 2018 esta empresa entrou em fase não operacional, sendo que as atividades de gestão e cobrança de créditos vencidos, parte foram internalizadas pelo Banco e parte foram terceirizadas. Em 31 de março de 2019, foi deliberada a extinção e baixa desta empresa.
A participação do investimento no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, é demonstrada da seguinte forma:

2019	Semestre Renner Promotora	Semestre Cristal Administradora	Exercício Renner Promotora	Exercício Cristal Administradora
Dados do investimento:				
Capital social	-	10.500	-	10.500
Patrimônio líquido	-	4.230	-	4.230
Percentual de participação	-	99,999%	0,00%	99,999%
Lucro líquido /(prejuízo) do semestre/exercício	-	(2.019)	(51)	(2.774)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, e no semestre findo em 31 de dezembro de 2019, os investimentos apresentaram as seguintes movimentações:

2019	Semestre Renner Promotora	Semestre Cristal Administradora	Semestre Total	Exercício Renner Promotora	Exercício Cristal Administradora	Exercício Total
(=) Saldo inicial	-	4.250	4.250	2.980	2.605	5.585
Equivalência Patrimonial	-	(2.019)	(2.019)	(51)	(2.774)	(2.825)
Aumento Investimento	-	2.000	2.000	-	4.400	4.400
Baixa do investimento	-	-	-	(2.929)	-	(2.929)
(=) Saldo Final	**-**	**4.231**	**4.231**	**-**	**4.231**	**4.231**

2018	Renner Promotora	Cristal Administradora	Exercício Total
Dados do investimento:			
(=) Saldo inicial	2.861	342	3.203
Equivalência Patrimonial	119	(737)	(618)
Aumento Investimento	-	3.000	3.000
(=) Saldo Final	**2.980**	**2.605**	**5.585**

14. IMOBILIZADO

	Móveis instalações e equipamentos de Uso	Sistema de comunicações	Sistema de processamento de dados	Sistema segurança	Sistema de transporte	Imobilizado em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial	469	37	1.799	19	39	2.124	4.487
Aquisições	117	22	313	-	-	2	454
Baixas	-	-	(33)	-	-	-	(33)
Transferência	-	-	2.126	-	-	(2.126)	-
Depreciação	(103)	(7)	(681)	(4)	(12)	-	(807)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	483	52	3.524	15	27	-	4.101
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	1.118	123	6.629	59	92	-	8.021
Depreciação acumulada	(635)	(71)	(3.105)	(44)	(65)	-	(3.920)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	483	52	3.524	15	27	-	4.101
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial	483	52	3.524	15	27	-	4.101
Aquisições	1.104	45	880	-	27	3.012	5.068
Baixas	-	-	-	-	(24)	-	(24)
Transferência	44	-	4.991	-	-	2.026	7.061
Depreciação	(154)	(12)	(1.541)	(3)	(16)	-	(1.726)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	1.477	85	7.854	12	14	5.038	14.480
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	2.368	218	13.883	71	92	5.038	21.670
Depreciação acumulada	(891)	(133)	(6.029)	(59)	(78)	-	(7.190)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	1.477	85	7.854	12	14	5.038	14.480

Continua

15. INTANGÍVEL

	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	
Saldo inicial	2.155
Aquisições	6.587
Transferências (a)	(1.089)
Amortização	(648)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	7.005
Em 31 de dezembro de 2018	
Custo	8.987
Amortização	(1.982)
Saldo contábil, líquido	7.005
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	
Saldo inicial	7.005
Aquisições	6.699
Transferências (a)	(7.017)
Amortização	(1.382)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	5.305
Em 31 de dezembro de 2019	
Custo	7.371
Amortização	(2.066)
Saldo contábil, líquido	5.305

(a) A transferência do saldo refere-se ao início das operações de sistemas que estavam em fase de desenvolvimento.

16. DEPÓSITOS

a. Composição por vencimento

Vencimentos	À Vista	À Prazo	2019 Total	2018 Total
Sem vencimento	21.825	-	21.825	8.774
Até 3 meses	-	99.796	99.796	337.020
De 3 a 12 meses	-	717.814	717.814	221.983
De 1 a 3 anos	-	509.980	509.980	417.860
De 3 a 5 anos	-	255.231	255.231	57.865
Acima de 5 anos	-	125	125	568
Total	**21.825**	**1.582.946**	**1.604.771**	**1.044.070**
Parcela de curto prazo	21.825	817.610	839.435	567.777
Parcela de longo prazo	-	765.336	765.336	476.293

b. Composição por segmento de mercado

Vencimentos	À Vista	À Prazo	2019 Total	2018 Total
Sociedades ligadas	593	184.439	185.032	181.965
Pessoas físicas	19.908	195.053	214.961	222.925
Pessoas jurídicas	1.324	1.203.454	1.204.778	639.180
Total	**21.825**	**1.582.946**	**1.604.771**	**1.044.070**

c. Concentração por depositantes

Concentração	2019	2018
10 maiores clientes	1.144.722	613.762
50 seguintes maiores clientes	239.836	199.011
100 seguintes maiores clientes	89.348	88.438
Demais clientes	130.865	142.859
Total	**1.604.771**	**1.044.070**

Os depósitos a prazo captados através de CDB apresentam taxas pré-fixadas que variam de 3,56% a.a. a 15,74% a.a. e taxas pós-fixadas entre 85% e 129,5% da variação do CDI. As captações com taxas pré-fixadas representam 77,05% do total das captações a prazo e, as com taxas pós-fixadas representam 22,95%.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

17.1 Sociais e estatutárias

As participações no resultado dos administradores e colaboradores são apuradas conforme metodologia específica e observando a convenção coletiva vigente da categoria sindical.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o saldo a pagar das obrigações sociais e estatutárias está demonstrado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Participações no resultado de administradores e colaboradores	4.305	2.944
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.813	7.261
Total	**6.118**	**10.205**
Parcela de curto prazo	4.658	9.231
Parcela de longo prazo	1.460	974

17.2 Fiscais e previdenciárias

Descrição	2019	2018
Provisão para impostos sobre o lucro	18.749	-
Impostos e contribuições a recolher	3.364	2.806
Provisão para impostos e outros	153	-
Total	**22.266**	**2.806**
Parcela de curto prazo	22.266	2.806
Parcela de longo prazo	-	-

17.3 Diversas

Descrição	2019	2018
Cheques administrativos	-	41
Obrigações por operações vinculadas a cessão (a)	105.977	151.923
Obrigações por aquisição de bens e direitos	10.431	7.592
Provisão para pagamentos a efetuar	2.278	2.275
Passivos trabalhistas (b)	23.505	20.190
Passivos de ações indenizatórias (b)	493	663
Outros passivos contingentes (c)	876	736
Outras	12.751	11.890
Total	**156.311**	**195.310**
Parcela de curto prazo	82.906	90.393
Parcela de longo prazo	73.405	104.917

(a) Refere-se ao saldo de obrigações por operações vinculadas à cessão de crédito firmadas com o cessionário, conforme nota 8 (e);

(b) Durante o curso normal de seus negócios, o Banco está exposto a alguns riscos envolvendo questões trabalhistas e cíveis, em discussão nas instâncias administrativas e judiciais. Os riscos trabalhistas são relacionados à processos movidos por ex-funcionários pleiteando direitos trabalhistas que estes entendem como devidos, em especial, ao pagamento de horas extras. Os riscos cíveis são pleitos relacionados a indenizações por dano moral e patrimonial, na maioria referente ao registro de informações sobre os devedores no cadastro de restrições de crédito e, de liberações de gravames de veículos no Sistema Nacional de Garantias (SNG), sendo que a maioria destes pleitos envolve o Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados a 40 salários mínimos e não constituem riscos capazes de causar impacto material no resultado econômico e financeiro da Instituição. O Banco possui ainda, ações revisionais de taxas de juros, que estão cobertas pela provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída de acordo com a Resolução CMN nº. 2.682/99.

A provisão para as perdas destes riscos é estabelecida com base nas avaliações dos assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável.

Adicionalmente, o curso processual regular destas ações, requer em certas situações que o Banco realize depósitos judiciais. Assim, em 31 de dezembro de 2019 o saldo destes depósitos é de R$ 6.183 (R$ 3.888 em 2018).

(c) Compreendem "Outros passivos contingentes", sobre as quais foram realizados depósitos judiciais em 2018 no montante de R$ 239, em 2019 não houve depósitos, e ações com característica de não incidência de INSS de determinadas verbas salariais no montante de R$ 637.

Em 31 dezembro de 2019 e de 2018, a movimentação da provisão para riscos no balanço patrimonial e o seu correspondente efeito no resultado do período são assim demonstradas:

	Semestre	2019 Exercício	2018 Exercício
(=) Saldo inicial	21.509	20.853	20.168
(+) Constituições	3.113	5.367	3.035
(-) Baixas	(623)	(2.222)	(2.349)
(=) Saldo final	**23.998**	**23.998**	**20.853**

Perdas possíveis

O Banco possui ações de natureza cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

Descrição	2019	2018
Processos cíveis	406	235
Processos trabalhistas	8.817	5.532
Total	**9.223**	**5.767**

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R$ 167.967 (R$ 120.000 em 2018) e está representado por 1.714.148 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante a legislação em vigor.

Em 30 de abril de 2019, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social no montante de R$ 20.000, mediante a incorporação da reserva de capital de giro no montante de R$ 14.184 sem emissão de novas ações, e parte do crédito equivalente ao saldo do pagamento dos juros sobre o capital próprio no montante de R$ 5.816, com a emissão de 57.403 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A homologação do aumento de capital pelo BACEN ocorreu em 26 de julho de 2019.

Em 26 de setembro de 2019, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social no montante de R$ 20.000, mediante a emissão de 164.745 novas ações ordinárias. A homologação do aumento de capital pelo BACEN ocorreu em 24 de outubro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R$ 120.000 (R$ 110.000 em 2017) e está representado por 1.492.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante a legislação em vigor.

Em 14 de maio de 2018, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social no montante de R$ 10.000, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação da reserva de capital de giro. A homologação do aumento de capital pelo BACEN ocorreu em 14 de agosto de 2018.

18.2 Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de reservas de R$ 46.979 (R$ 31.171 em 2018) correspondia as reservas legal e de capital de giro. Conforme disposição estatutária, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinado à constituição de reserva de capital de giro, até o limite de 80% do capital social.

18.3 Juros sobre o capital próprio e dividendos

No exercício de 2019, o Banco deliberou o registro de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 9.373 (R$ 9.042 em 2018), obedecendo a limites definidos pela legislação fiscal, calculados como segue:

	2019	2018
(=) Lucro líquido do exercício	41.178	25.652
(-) Reserva legal	(2.059)	(1.283)
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	39.119	24.369
(*) Alíquota dos dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	9.780	6.092
Juros sobre o capital próprio	9.373	9.042
Juros sobre o capital próprio – líquido do IRRF	7.967	7.686
Dividendos propostos	1.813	-
Total dos juros sobre o capital próprio e dividendos	9.780	7.686

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, em atendimento aos princípios contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida da demonstração do resultado da linha de outras despesas operacionais para a conta de lucros acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, conforme determina a Circular n° 2.739/97 do BACEN.

O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução é de aproximadamente R$ 3.749 (R$ 4.069 em 2018).

19. RECEITAS DE TARIFAS

As receitas de tarifas bancárias têm a seguinte composição:

Descrição	Semestre	2019 Exercício	2018 Exercício
Tarifa de confecção de cadastro	21.579	38.684	20.879
Tarifa de avaliação de bens	9.420	13.103	10.756
Tarifa de comissionamento	10.529	19.072	4.307
Outras receitas de tarifas bancárias	2.920	9.713	2.081
Total	**44.448**	**80.572**	**38.023**

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestre	2019 Exercício	2018 Exercício
Comissões com terceiros	21.457	39.132	26.431
Comissões com controladas	-	-	1.538
Serviços de terceiros	10.201	17.732	9.849
Processamento de dados	6.340	10.242	9.624
Serviços técnicos	1.492	2.990	1.299
Transportes e viagens	454	871	810
Sistema financeiro	1.731	4.298	3.490
Comunicação, propaganda e publicidade	5.033	7.729	4.828
Contigências	3.113	3.204	319
Despesas judiciais	610	1.033	1.398
Aluguéis e condomínios	1.318	2.480	1.994
Outras	2.359	4.348	2.799
Total	**54.108**	**94.059**	**64.379**

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

Descrição	Semestre	2019 Exercício	2018 Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, menos participações	21.506	59.880	48.515
Imposto de renda à alíquota de 15%	(3.226)	(8.982)	(7.277)
Adicional de Imposto de renda à alíquota de 10%	(2.139)	(5.964)	(4.828)
Contribuição social à alíquota de 15%	(3.226)	(8.892)	-
Contribuição social à alíquota de 20% (a)	-	-	(9.703)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(8.590)	(23.928)	(15.474)
Efeito sobre a equivalência patrimonial	(808)	(1.130)	(278)
Efeito sobre os juros sobre o capital próprio	3.749	3.749	4.069
Efeito mudança alíquota CSLL sobre crédito tributário (de 20% para 15%)	-	-	(4.594)
Outros	595	2.607	(252)
Total de imposto de renda e contribuição social	**(5.054)**	**(18.702)**	**(22.863)**

(a) Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional nº 103/2019, conforme prevê o art. 32, a Contribuição Social sobre o Lucro disposta na Lei n° 7.689/1988 para os bancos de qualquer espécie, previsto no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105/2005, será de 20% (vinte por cento). E esta alíquota entrará em vigor a partir de 1º de março de 2020.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Descrição	Semestre	2019 Exercício	2018 Exercício
Ativo circulante			
Outros créditos – controlada	35	35	83
Passivo circulante e exigível a longo prazo			
Depósitos à vista:	593	593	713
Pessoas físicas:	116	116	60
Administradores	64	64	15
Outras	52	52	45
Pessoas jurídicas:	477	477	654
Controlada	206	206	204
Controladores diretos e indiretos	7	7	8
Outras	264	264	442
Depósitos a prazo:	184.439	184.439	183.113
Pessoas físicas:	6.040	6.040	10.898
Administradores	1.022	1.022	3.042
Outras	5.018	5.018	7.856
Pessoas jurídicas:	178.399	178.399	172.215
Controladora direta	2.535	2.535	149
Controladores indiretos	149.390	149.390	95.496
Controladas	1.396	1.396	2.363
Outras (a)	25.078	25.078	74.207
Outras obrigações - diversas – controlada	-	-	12
Despesas:			
Outras despesas administrativas			
Despesas de comissões com a Renner Promotora (b) e a Cristal Promotora (c)	-	-	1.538
Despesas de captação	7.477	14.702	11.641

(a) Refere-se aos depósitos a prazo mantidos por pessoas jurídicas relacionadas aos controladores.

(b) Refere-se ao montante de comissões pagas de acordo com o volume de cobranças.

(c) Refere-se ao montante de comissões pagas de acordo com o volume de operações de crédito.

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores totalizou no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, respectivamente, R$ 2.450 e R$ 5.025 (R$ 4.088 em 2018).

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de dezembro de 2019 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), aprovou a capitalização do crédito referente aos juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2019, no valor bruto de R$ 9.372, com retenção na fonte de imposto de renda de R$ 1.406, resultante no valor líquido de R$ 7.966. O valor de R$ 7.966 foi lançado na rubrica " Aumento de Capital", e sua capitalização foi aprovada pelo BACEN conforme ofício 290/2020 – BCB de 08 de janeiro de 2020, registrada nesta data na rubrica "Capital Social".

24. RESPONSABILIDADE E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco apresenta avais e fianças prestados a clientes no montante de R$ 1.152 (R$ 1.105 em 2018) sujeitos a encargos financeiros e com garantia dos beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não houve pagamentos que o Banco teve que honrar oriundos dessas garantias.

Diretoria

João Luiz Urbaneja
Diretor Presidente

Thiago Rodrigues Urbaneja
Diretor

Joelson Barbosa Boeira
Diretor

Eduardo Gonzaga de Oliveira Guedes
Diretor

Cristiano Duarte Fraga
Diretor

Vladimir de Oliveira Moreira
Contador-CRC/RS 098755/O-5
CPF 652.231.360-04

Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco A.J. Renner S.A., no exercício das atribuições que confere a Lei 6.404, de 15.12.1976 e, disposições correlatas do Estatuto Social, revisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2019, e semestre findo em 31 de dezembro de 2019, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.

Dessa forma, com base nas análises e revisões realizadas e no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, aprovou os referidos documentos, por unanimidade.

Porto Alegre, 06 de março de 2020.

Felícitas Renner **João Luiz Urbaneja** **Mathias Otto Renner**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos:
Acionistas e Administradores do
Banco A. J. Renner S.A.
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco A. J. Renner S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco A. J. Renner S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2020.
Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" – RS